

EVELYN MELO SILVA

A JURISPRUDÊNCIA DA CRISE NO ENFRENTAMENTO DA EROSÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

Londrina/PR
2024


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Irene Bosio Quental

Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2024)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Profª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Silva, Evelyn Melo.

A jurisprudência da crise no enfrentamento da erosão democrática brasileira / Evelyn Melo Silva – Londrina, PR: Thoth, 2024.

177 p.

Bibliografias: 169-177

ISBN: 978-65-5959-941-7

1. Erosão democrática. 2. Crise democrática.
3. Jurisprudência. I. Título.

CDD 341.2

Índices para catálogo sistemático

1.Direito Constitucional: 341.2

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE A AUTORA	7
APRESENTAÇÃO	13
PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	23

CAPÍTULO 1

EROSÃO DEMOCRÁTICA E A AMEAÇA POPULISTA À DEMOCRACIA NO BRASIL	33
1.1 Erosão democrática no Brasil: processo eleitoral de 2018, gestão presidencial de Jair Bolsonaro de 2019 a 2022 e 08 de janeiro de 2023	33
1.2 A percepção da democracia no Brasil a partir da pesquisa de relatórios de entidades medidoras de democracia	47
1.2.1 Relatório da <i>Freedom House</i> e suas observações sobre o Brasil	48
1.2.2 Relatório do <i>V-Dem Institute</i> e suas observações sobre o Brasil	49
1.2.3 Relatório do <i>Democracy Index - The Economist Intelligence Unit (EIU)</i> e suas observações sobre o Brasil	51
1.2.4 Relatório do <i>Latinobarómetro</i> e suas observações sobre o Brasil	52
1.2.5 Análise comparativa entre os relatórios dos quatro institutos	53
1.3 Conclusão parcial	55

CAPÍTULO 2

ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL NO ENFRENTAMENTO À EROSÃO DEMOCRÁTICA	57
2.1 Atuação do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral em relação aos inquéritos em defesa da democracia durante o governo de Jair Bolsonaro	60
2.1.1 Inquérito nº 4.781/DF – STF	61
2.1.2 Inquérito nº 4.828/DF – STF	68
2.1.3 Inquérito nº 4.874/DF – STF	71
2.1.4 Inquérito nº 4.878/DF – STF	73
2.1.5 Inquérito nº 4.879/DF – STF	74
2.1.6 Inquérito Administrativo nº 0600371-71.2021.6.00.0000 – TSE	80
2.2 Atuação do Supremo Tribunal Federal em relação aos inquéritos em defesa	

da democracia após o dia 08 de janeiro de 2023	82
2.2.1 Inquérito nº 4.917/DF - STF	85
2.2.2 Inquérito nº 4.918/DF - STF	86
2.2.3 Inquérito nº 4.919/DF - STF	87
2.2.4 Inquérito nº 4.920/DF - STF	88
2.2.5 Inquérito nº 4.921/DF - STF	88
2.2.6 Inquérito nº 4.922/DF - STF	92
2.2.7 Inquérito nº 4.923/DF - STF	93
2.3 Conclusão parcial.....	96

CAPÍTULO 3

JURISPRUDÊNCIA DA CRISE E SUA APLICAÇÃO À CRISE DEMOCRÁTICA	99
3.1 O contexto econômico e jurídico que originou a tese da jurisprudência da crise	99
3.2 Conceito de jurisprudência da crise, núcleos da tese e funções	104
3.3 Jurisprudência da crise <i>versus</i> estado de exceção	111
3.4 Aplicação da tese de jurisprudência da crise no Brasil ao caso da pandemia de Covid-19	115
3.5 Aplicação da tese da jurisprudência da crise à crise democrática	117
3.6 Jurisprudência da crise e democracia militante	121
3.7 Conclusão parcial.....	125

CAPÍTULO 4

APLICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA CRISE ÀS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL NOS INQUÉRITOS EM DEFESA DA DEMOCRACIA	127
4.1 A contextualização da situação excepcional e/ou transitória da erosão democrática brasileira.....	130
4.2 Da interpretação atípica e/ou atuação heterodoxa do STF e do TSE.....	136
4.2.1 Instauração, de ofício, de inquérito pelo Poder Judiciário.....	137
4.2.2 Respeito ao princípio do juiz natural.....	139
4.2.3 Sigilo, cerceamento ao princípio da ampla defesa e observância da Súmula Vinculante nº 14.....	141
4.2.4 Respeito ao sistema acusatório, ao devido processo legal e a separação dos poderes.....	142
4.2.5 A imparcialidade do juiz constitucional	144
4.2.6 Competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar pessoas sem foro por prerrogativa de função	145
4.2.7 Direito fundamental à liberdade de expressão e suspensão das redes sociais.....	146
4.2.8 O conflito entre individualização das condutas e crimes multitudinários	149
4.3 A busca pelo interesse público identificado na defesa do Estado de Direito, da democracia, das instituições democráticas e da ordem constitucional	150
4.4 Análise sobre a jurisprudência da crise democrática e o sistema constitucional das	

crises.....	152
4.5 Conclusão parcial.....	158
CONCLUSÃO.....	161
REFERÊNCIAS.....	169